



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA
CASA CLEMENTINO LEITE
CNPJ – 01845157/0001-80**

Emenda Aditiva nº 36/2019 à Lei Orgânica do Município de Alagoa Nova - PB.

“Acrescentam-se o § 8º, incisos de I a IX ao Artigo 62, Artigo 64-A e seu § único, e § 4º, incisos I e II ao Artigo 86 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências”.

A Mesa da Câmara Municipal de Alagoa Nova, Estado da Paraíba **faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e a Mesa, nos termos do artigo 29, caput da Constituição Federal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do município.**

Art. 1º Fica acrescido § 8º, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX ao artigo 62, DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO – SEÇÃO III; artigo 64-A e seu § único, DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TÍTULO IV, e § 4º do artigo 86, DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – CAPÍTULO VIII, da Lei Orgânica do Município de Alagoa Nova – PB, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 62 _____

§ 8º São infrações político-administrativas do prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a cassação do mandato.

I – Impedir o funcionamento regular do poder legislativo;

II – impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da prefeitura, bem como, a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da câmara ou auditoria regularmente instituída;

III – desatender sem motivo justo convocações por pedidos de informações da câmara, quando feito a tempo e na forma regular;

IV – retardar a publicação e deixar de publicar as leis e atos oficiais sujeitos a essa finalidade;

V – deixar de apresentar a Câmara Municipal no devido tempo o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual;

VI – descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII – ausentar-se do município por tempo superior ao permitido em lei ou afastar-se da prefeitura sem autorização da câmara municipal;

VIII – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo que ocupa;

IX – omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do município sujeitos a administração municipal.

Art. 64-A Os profissionais que a qualquer título começaram a exercer atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate a Endemias antes de 14 de fevereiro de 2006, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público de que trata o inciso II do Artigo 64 da Lei Orgânica do município, desde que possa se certificar que foram contratados, a partir de anterior processo de seleção pública realizado por órgão ou entes da administração direta ou indireta do município, ou por qualquer outra instituição se autorizada e supervisionada pela administração direta.

Parágrafo único – Somente deverá ser equiparado ao processo seletivo público, os processos de seleção que tenham observado os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 86

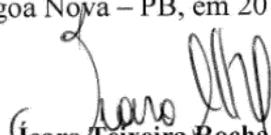
§ 4º - Todas as obras públicas paralisadas por mais de 60 (sessenta) dias deverão constar:

I – Placas de informações relatando o motivo da paralização;

II – nome da empresa responsável pela construção das obras e dos serviços públicos.

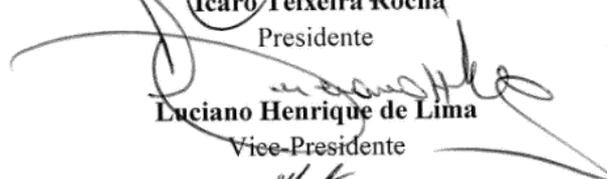
Art. 2º A presente Emenda à Lei Orgânica do Município entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Alagoa Nova – PB, em 20 de dezembro de 2019.



Ícaro Teixeira Rocha

Presidente



Luciano Henrique de Lima

Vice-Presidente



Everaldo dos Santos

1º Secretário



Paulo Henriques Herculano de Lima

2º Secretário

Protocolo: 00354/2019 Data: 20/12/2019

Motivo: EMENDAS

